

1 **Ata da 57ª Reunião do Conselho das Cidades**

2 28 a 30 de maio de 2025

3 Auditório do Bloco E da Esplanada dos Ministérios (Brasília/DF)

4 **Data:** 28 a 30 de maio

5 **Local:** Auditório do Bloco E da Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF

6 **Data e horário de início:** 28 de outubro às 9h.

7 **Data e horário de término:** 30 de março às 18h30.

8 Esta Ata refere-se às reuniões do Plenário do Conselho das Cidades  
9 (ConCidades) ao longo da 57ª Reunião Ordinária.

10 **Pauta das reuniões do Plenário do ConCidades – aprovada pelo Plenário**

11 **1º dia: 28 de maio**

12 Boas-Vindas, Abertura e informes gerais

13 Pauta obrigatória:

14 Aprovação da ata da 56ª RO

15 Programação 57ª RO

16 Composição Comissão coordenadora do plenário

17 Reuniões dos Comitês Técnicos

18 Debates

19 Reuniões dos Comitês Técnicos

20 Finalizar Deliberações Moções e Resoluções

21 Reunião da Comissão Organizadora do Plenário

22 Análise das resoluções e preparação para deliberação no plenário

23 Deliberações Moções e Resoluções

24 1. Abertura e informes gerais

25 2. Apresentação do Secretário Nacional de Habitação

26 3. Programação da 57ª Reunião Ordinária

27 4. Aprovação da ata da 56ª Reunião Ordinária

28 5. Composição da Comissão Coordenadora do Plenário do ConCidades

29 6. Reuniões dos Comitês Técnicos

30 • Debates

31 • Deliberações Moções e Resoluções

32       ● Leitura e aprovação dos relatos  
33       ● Envio das Resoluções e moções à comissão organizadora do plenário  
34       7. Reunião da Comissão Coordenadora do Plenário  
35       ● Análise das propostas de Resoluções e Moções

## Discussões e Deliberações

38 1º dia – 28 de maio de 2025

39 A reunião iniciou com a Apresentação do Secretário Nacional de Habitação  
40 seguindo da aprovação da Ata da última reunião ordinária, contudo essas  
41 deliberações do Conselho serão apresentadas nesse documento  
42 primeiramente de para a organização do documento de forma padronizada  
43 com a última Ata.

44      **1. Abertura e composição da Comissão Coordenadora do Plenário do**  
45      **ConCidades**

46 A Sra. Alice, Secretária-Executiva do ConCidades, iniciou a reunião às 9h.

47 Em continuidade, a Sra. Fernanda Ludmila realizou a leitura da Programação  
48 da 57ª Reunião Ordinária, submetendo o documento à aprovação do Pleno do  
49 ConCidades, sendo o documento aprovado por unanimidade.

## 2. Aprovação da ata da 56<sup>a</sup> Reunião Ordinária

51 Dando continuidade aos trabalhos da 57ª Reunião Ordinária, A Sra. Fernanda  
52 Ludmila, Secretária-Executiva Suplente, projetou a Ata da última Reunião  
53 Ordinária do ConCidades foi colocada em pauta a aprovação da ata referente à  
54 56ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades. O documento havia sido  
55 previamente compartilhado com todos os conselheiros e conselheiras por  
56 meio eletrônico na sexta-feira anterior à reunião.

57 A presidência da mesa consultou os presentes quanto à necessidade de leitura  
58 integral do documento. Não havendo manifestações nesse sentido, foi  
59 proposta a aprovação da ata de forma direta, ressalvando a possibilidade de  
60 apontamentos específicos.

61 Após a consulta ao plenário, não foram registradas objeções ou solicitações de  
62 alteração. Assim, a ata da 56<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho das Cidades foi  
63 aprovada por consenso, passando a compor oficialmente o acervo documental  
64 do Conselho

65 A Ata da 56<sup>a</sup> Reunião Ordinária do ConCidades foi aprovada por  
66 unanimidade.

### 67 3. Programação da 57<sup>a</sup> Reunião Ordinária

68 Foi apresentada pela Sra. Fernanda Barbosa, a programação proposta para a  
69 57ª Reunião Ordinária do ConCidades aos Conselheiros e aberto para sugestões  
70 e comentários. **A programação foi aprovada por unanimidade.**

71 **4. Composição da Comissão Coordenadora do Plenário do ConCidades**  
72 A Sra. Fernanda Barbosa solicitou a formação da Comissão Coordenadora do  
73 Plenário, com a seguinte composição:

- 74 a) Entidades de Trabalhadores: Pedro Damásio  
75 b) Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa: Antônio Balau  
76 c) Entidades empresariais: Herivelto Bastos  
77 d) Entidades dos movimentos populares: Neila Gomes  
78 e) Representantes das ONGs: a indicar  
79 f) Poder Público Estadual: Orlando Bonette  
80 g) Poder Público Municipal: Sandra Batista

81 **5. Reuniões dos Comitês Técnicos no período matutino**

82 **6. Reunião da Comissão Coordenadora do Plenário**

83 **1º dia – 28 de maio de 2025**

## 84 **ABERTURA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES**

85 Data: 28 de maio de 2025

86 Local: Plenário do Conselho das Cidades

87 Presidência da mesa: Secretaria Executiva do Conselho das Cidades

88 A 57ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades teve sua abertura formal  
89 realizada no dia 28 de maio de 2025, no plenário oficial, com a presença  
90 de representantes do poder público, da sociedade civil e dos  
91 movimentos sociais. A mesa de abertura foi composta por autoridades  
92 do Ministério das Cidades e representantes da coordenação executiva  
93 do ConCidades.

94 Durante a abertura, o Secretário Nacional de Habitação, Augusto Henrique  
95 Alves Rabelo, fez uma ampla exposição sobre os principais  
96 encaminhamentos da pasta, destacando:

97 1. Seleções de Programas Habitacionais: Informou que o Ministério está  
98 priorizando os encaminhamentos referentes à data de 4 de junho, em  
99 função da urgência do tema. A Casa Civil e o Ministério buscam soluções  
100 que conciliem os pleitos apresentados com a necessidade de avanço na  
101 contratação de projetos habitacionais.

102 2. Democratização de Terras da SPU e INSS: O secretário mencionou que há  
103 tratativas avançadas com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU)  
104 para a utilização de imóveis públicos em programas como o Minha Casa

112                   Minha Vida Entidades e retrofit urbano, com prioridade para ações  
113                   voltadas à autogestão.

114

115                   3. Criação de Grupo Interministerial sobre Conflitos Urbanos: Comunicou a  
116                   criação e os avanços do Grupo de Trabalho de Conflitos Urbanos, com o  
117                   objetivo de mediar situações envolvendo ocupações, reintegrações de  
118                   posse e tensionamentos fundiários urbanos.

119

120                   4. Situação Habitacional no Rio Grande do Sul: O secretário atualizou o  
121                   Conselho sobre as ações do governo federal em resposta às enchentes  
122                   no estado. Foram informadas cerca de 2.300 moradias já providas, com  
123                   expectativa de contratação de 4.000 unidades. Destacou os desafios  
124                   enfrentados na homologação de famílias pelas prefeituras, o que tem  
125                   retardado o processo de atendimento.

126

127                   5. Monitoramento e Transparência dos Programas: Comprometeu-se a  
128                   disponibilizar, a partir da próxima reunião, um relatório mensal com  
129                   dados atualizados sobre os programas habitacionais e seus respectivos  
130                   avanços e entraves, como forma de garantir maior controle social e  
131                   transparência.

132

## **Manifestações dos Conselheiros:**

133

Durante a abertura, vários conselheiros e representantes de movimentos  
sociais fizeram uso da palavra. Entre os temas abordados estiveram:

134

Repúdio às ações do governo de São Paulo na Favela do Moinho, e a defesa  
da atuação do governo federal na mediação do conflito.

135

Demandas por celeridade nas contratações do Minha Casa Minha Vida  
Entidades e críticas à atuação da Caixa Econômica Federal quanto à  
burocratização.

136

Apelo pela regionalização de terrenos da SPU e maior participação dos  
conselhos locais nos processos de decisão sobre áreas públicas.

137

Situações de despejos iminentes em várias localidades, com solicitação de  
intervenção imediata do Ministério das Cidades.

138

Críticas à ausência de autoridades do alto escalão do Ministério na abertura  
da reunião e apelos por mais escuta e presença nos momentos de  
deliberação do Conselho.

139

• **Paulo Cohen:** Repudia as ações do governo do estado de São Paulo e da  
prefeitura de São Paulo em relação aos movimentos sociais e às pessoas

140

157 que mais precisam. Questiona a relação entre o levantamento de  
158 projetos e a possibilidade de contratação.

- 159 • **Miriam Hermógenes:** Fala sobre a questão do Moinho, em São Paulo, e  
160 a expulsão de famílias da comunidade. Apresenta um pleito sobre a área  
161 Dona Lindu, também em São Paulo, pedindo a intervenção do conselho.
- 162 • **Marcos Landa:** Questiona a aprovação da pauta e traz um problema de  
163 Minas Gerais.
- 164 • **Cristiano Schumacher:** Aborda a questão do SP, Minha Casa, Minha  
165 Vida, e a necessidade de cuidado na análise dos imóveis da união.  
166 Aborda a questão dos conflitos fundiários e o papel da Secretaria de  
167 Habitação.
- 168 • **Juscelino França:** Observa que o ministro deveria estar presente nas  
169 aberturas do conselho e que a execução das resoluções nem sempre  
170 acontece. Pede a regionalização das terras da SPU.
- 171 • **Graça: Xavier** Aborda a questão da regionalização das terras da SPU e a  
172 necessidade de debater os critérios nos CTS.

173  
174 O secretário Augusto reiterou seu compromisso em dialogar com os  
175 conselheiros, em especial com os movimentos sociais, e frisou que o  
176 Ministério está aberto a receber sugestões concretas para aprimorar  
177 normativas e processos. Informou que sua saída da reunião se daria por  
178 necessidade de deslocamento para o aeroporto, deixando a equipe da  
179 SNH presente para dar continuidade às tratativas.

180  
181 Após a saída do secretário, a reunião continua com a apresentação da pauta  
182 obrigatória e a aprovação da programação.

183  
184 Dando continuidade à reunião, o servidor Nathan Belcavello faz uma leitura  
185 sobre o GT PNDU mais Plano Clima,

## 186 187 **Relato sobre a Apresentação do Relatório do GT PNDU + Plano Clima**

188  
189 Na sequência dos trabalhos da 57ª Reunião Ordinária do Conselho das  
190 Cidades, o servidor Nathan Belcavello realizou a leitura de mensagem  
191 enviada pelo diretor Yuri, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento  
192 Urbano e Metropolitano, a respeito da entrega do relatório do Grupo de  
193 Trabalho da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) em  
194 conjunto com o Plano Clima.

195  
196 A mensagem destacou que o relatório representa um marco na construção  
197 democrática da PNDU, consolidando os debates realizados no âmbito do  
198 grupo de trabalho coordenado pela Secretaria Nacional. Foi ressaltado  
199 que o texto da minuta de Projeto de Lei (PL) foi inicialmente apresentado  
200 pelo Ministro das Cidades durante reunião anterior do Conselho, e, desde

201 então, recebeu diversas contribuições dos conselheiros e da equipe  
202 técnica.

203  
204 O documento busca estabelecer diretrizes para uma política urbana mais  
205 justa, inclusiva e sustentável, incorporando temas contemporâneos  
206 como mudanças climáticas, transformação digital e compromissos  
207 internacionais, além de atualizar elementos do Estatuto da Cidade e da  
208 Metrópole.

209  
210 O diretor Yuri, por meio da leitura feita por Nathan, agradeceu o  
211 envolvimento dos conselheiros, da equipe ministerial e da secretaria  
212 executiva do Conselho no processo de sistematização das contribuições  
213 e reforçou que o relatório entregue será apreciado durante as etapas e  
214 Claro! Aqui está um texto sobre as contribuições dos conselheiros  
215 relativas ao documento apresentado pelo GT PNDU + Plano Clima,  
216 conforme a transcrição da 57ª Reunião Ordinária:

217  
218 **Contribuições dos Conselheiros ao Documento do GT PNDU + Plano**  
219 **Clima**

220  
221 Após a leitura do relatório do Grupo de Trabalho da Política Nacional de  
222 Desenvolvimento Urbano (PNDU) e Plano Clima, realizada pelo servidor  
223 Nathan, em nome do diretor Yuri, o plenário foi aberto para  
224 manifestações e contribuições dos conselheiros e conselheiras.

225  
226 Diversos participantes destacaram a importância do documento como  
227 referência para o debate nas etapas estaduais da Conferência Nacional  
228 das Cidades, reconhecendo o esforço coletivo para incluir temas atuais  
229 como justiça climática, sustentabilidade, transformação digital e  
230 instrumentos de governança urbana.

231  
232 Ao mesmo tempo, foram levantadas preocupações pontuais quanto à  
233 necessidade de ajustes no texto. Alguns conselheiros apontaram que o  
234 documento ainda precisa refletir de maneira mais clara a centralidade  
235 da participação social e da autogestão na política habitacional, bem  
236 como assegurar o protagonismo dos municípios na condução da política  
237 urbana.

238  
239 Também houve críticas à proposta de alteração legislativa constante no  
240 anexo do relatório, especialmente no que diz respeito à obrigatoriedade  
241 do plano diretor para todos os municípios e à definição das  
242 representações no âmbito da nova legislação federal. Foi consenso entre  
243 os conselheiros que essas propostas devem ser amplamente debatidas  
244 e não impostas de forma unilateral.

245

246 **Dentre as contribuições práticas, foram sugeridas:**  
247  
248 A exclusão ou melhor contextualização das alterações legislativas no anexo;  
249 A readequação da representação dos municípios conforme a legislação  
250 atual;  
251 O reforço à titularidade municipal e ao pacto federativo equilibrado no texto  
252 da política;  
253 A garantia de que o texto apresentado seja compreendido como referência  
254 inicial, sujeito a aprimoramentos nas conferências subsequentes.  
255 A coordenação do GT e a equipe técnica do Ministério das Cidades se  
256 comprometeram a sistematizar as sugestões apresentadas e incorporar  
257 os ajustes possíveis antes da votação final, prevista para os dias seguintes  
258 da reunião  
259  
260 Por fim, foi ressaltado que o relatório estará disponível para todos os  
261 conselheiros por meio dos canais oficiais e que a deliberação do mesmo  
262 está prevista para o terceiro dia da reunião plenária, juntamente com os  
263 relatos dos Comitês Técnicos de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade.  
264  
265 Por fim, a ata da 56ª reunião é aprovada conforme o texto já apresentado.  
266

## 2º dia – 29 de maio de 2025

Data: 29 de maio de 2025

Local: Plenário do Conselho das Cidades – Parte da tarde

Pauta: Conflitos Fundiários Urbanos – Apresentação da Secretaria Geral da Presidência e da Secretaria Nacional de Periferias

### 1. Apresentação da Secretaria Geral da Presidência

A representante Izadora Gama Brito informou que, embora o GTT ainda não tenha sido oficialmente instituído por portaria, o processo já se encontra avançado nos ministérios envolvidos (Justiça, Cidades, Gestão), aguardando retorno jurídico para publicação da portaria de criação. Enquanto isso, diversas reuniões com movimentos sociais e representantes de governo têm sido realizadas para antecipar a construção do plano de trabalho.

O plano de trabalho do GTT prevê as seguintes etapas:  
- Reunião de instalação e planejamento;  
- Duas reuniões sobre definição de fluxo interministerial;  
- Duas reuniões para definição do arranjo institucional;  
- Reunião sobre participação social;  
- Consolidação de relatório preliminar;  
- Avaliação e aprimoramento do relatório;  
- Reunião final de encerramento e apresentação.

290

O relatório final será validado com apoio do Conselho das Cidades.

## 2. Participação e Engajamento dos Movimentos Sociais

Izadora e Vitor reforçaram o comprometimento com a inclusão dos movimentos populares na construção do GTT. Um grupo representativo já está ativo informalmente, realizando reuniões para garantir a efetiva participação popular.

297

298 Foi destacada a atuação do governo federal em casos emblemáticos  
299 como a Favela do Moinho (SP) e a Vila Esperança (ES), com ações de  
300 mediação e articulação interministerial visando soluções de  
301 permanência e urbanização.

## 3. Estrutura Institucional e Encaminhamentos

302 Vitor apresentou a estrutura de tramitação interna da portaria no Ministério  
303 das Cidades, informando que o parecer de mérito e o parecer jurídico  
304 devem ser finalizados nas próximas semanas. O grupo de trabalho terá  
305 prazo de 90 dias, sem previsão de prorrogação.

307

308 Além do GTT, há uma proposta de criação de uma comissão permanente  
309 para consolidar um fluxo institucional interministerial para mediação e  
310 solução de conflitos fundiários, com participação das Secretarias Geral,  
311 Nacional de Periferias, Direitos Humanos, MJ, MGI, SPU e AGU.

## 4. Propostas Complementares dos Conselheiros

312 Durante os debates:  
313 - Foi proposto o uso de levantamentos da campanha Despejo Zero como  
314 insumo técnico;  
315 - Defendida a criação de um GT específico dentro do Conselho das  
316 Cidades;  
317 - Sugerida articulação com o Judiciário e com comissões estaduais de  
318 mediação de conflitos;  
319 - Questionada a ausência de critérios claros de priorização de conflitos;  
320 - Reforçada a necessidade de canal direto (como um Disque 100) para  
321 denúncias;  
322 - Reivindicado o uso de programas como o Minha Casa Minha Vida para  
323 solucionar casos de reintegração.

## 5. Compromissos e Encaminhamentos Finais

325 - O GTT interministerial será oficialmente instituído até o final de junho de  
326 2025;  
327 - O prazo de atuação será de 90 dias, com entrega de relatório final até  
328 outubro;  
329 - A Secretaria Nacional de Periferias acatará a decisão do Conselho caso  
330 se opte por reativar um GT interno no ConCidades;  
331 - O evento da campanha Despejo Zero, previsto para setembro, será  
332 apoiado institucionalmente;

334 - A equipe técnica do Ministério das Cidades e demais ministérios será  
335 ampliada para garantir estrutura ao processo.

336 Após o retorno do intervalo, foi retomado o debate sobre a Política Nacional  
337 de Desenvolvimento Urbano (PNDU). A conselheira Karla retomou sua  
338 fala, abordando a necessidade de atenção às alterações legislativas  
339 propostas no texto da PNDU, especialmente quanto à representação de  
340 entidades municipais conforme a nova legislação federal de 2022, ao  
341 equilíbrio federativo entre os entes, e à proposta de alteração do Estatuto  
342 da Cidade no que se refere à obrigatoriedade do plano diretor para todos  
343 os municípios. Carla pontuou que essas alterações não são triviais e  
344 devem ser discutidas com profundidade pelo plenário.

345  
346 O conselheiro **Maurílio** contribuiu, destacando que embora haja críticas ao  
347 texto, ele representa um avanço possível e necessário diante do tempo  
348 político e institucional disponível. Enfatizou a importância de aprovar a  
349 proposta para que ela seja debatida nas conferências estaduais, evitando  
350 o risco de paralisação futura do Conselho e da tramitação da política.

351  
352 **Rodrigo** reforçou o entendimento de que o texto pode ser aprovado com  
353 ajustes e que o momento é propício para consolidar o debate nas  
354 conferências estaduais. Orlando propôs consensos objetivos para  
355 viabilizar a aprovação do texto, sugerindo a retirada das alterações  
356 legislativas do anexo, a adequação da representação municipal à  
357 legislação vigente e a manutenção das atribuições genéricas conforme  
358 apresentado.

359  
360  
361 **Yuri** reforçou a pertinência das contribuições e a possibilidade de incorporar  
362 os ajustes de forma rápida, a fim de melhorar o documento antes da  
363 votação prevista para o dia seguinte. Reiterou a importância de  
364 assegurar a titularidade municipal da política urbana.

365  
366 **Discussão sobre a COP 30**  
367  
368 O conselheiro **Paulo Cohen** apresentou relato detalhado sobre a  
369 participação do Conselho das Cidades e da sociedade civil no processo  
370 de preparação da COP 30, a ser realizada em Belém/PA. Informou sobre  
371 a instalação do Grupo de Trabalho Técnico da COP 30, coordenado pela  
372 Casa Civil e com participação de vários ministérios e da sociedade civil.

373  
374 Foram destacadas preocupações quanto à falta de estrutura e apoio  
375 financeiro para a participação das organizações sociais, especialmente  
376 para a realização da Cúpula dos Povos. Foi relatado o compromisso  
377 assumido em reunião realizada na Presidência da República de que cada

378 uma das 700 entidades integrantes da Cúpula terá ao menos dois  
379 representantes credenciados.

380

381 A representante do Ministério das Cidades informou sobre a criação de um  
382 grupo de trabalho interno para coordenar a participação do Ministério  
383 na COP, focando nos temas das cidades, infraestrutura resiliente,  
384 adaptação às mudanças climáticas e federalismo climático.

385

386 Vários conselheiros e conselheiras manifestaram apoio à presença ativa da  
387 sociedade civil na COP 30 e defenderam a construção de um espaço de  
388 resistência e denúncia das injustiças climáticas, especialmente as que  
389 afetam os povos da Amazônia. Foi destacada a importância de garantir  
390 condições de participação dignas, a defesa da autonomia dos  
391 movimentos sociais e a valorização do espaço da Cúpula dos Povos.

392

## 393 **Grupo de Trabalho Rio Grande do Sul**

394

395 A conselheira **Ana Brunetta**, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul,  
396 acompanhada do representante **Ivan**, se comprometeram a elaborar,  
397 junto aos conselheiros do estado, proposta de reconfiguração do GT,  
398 considerando uma atuação mais presente do governo do estado

399 **3º dia – 30 de maio de 2025**

400

## 401 **Apresentação do Portal Capacidades**

402 Resumo da apresentação

403 De acordo com o fornecido website, o portal Capacidades, uma ferramenta  
404 do Ministério das Cidades, foi apresentado em 30 de maio de 2025. O programa,  
405 restabelecido em 2023, oferece um novo portal com acesso aprimorado e uma  
406 interface renovada, incluindo um ambiente de login para usuários. Os usuários  
407 podem acessar certificados, se registrar em eventos e compartilhar  
408 experiências. O portal oferece cursos sobre desenvolvimento urbano integrado  
409 e sustentabilidade, com foco em urgência climática, além de um espaço para  
410 feedback e um banco de experiências. O programa visa capacitar a sociedade,  
411 apoiar o desenvolvimento e fortalecer a democracia. O portal, criado em 2007,  
412 teve uma das primeiras experiências de EAD no Brasil, a partir de 2012, e é  
413 atualizado regularmente com notícias e eventos, incluindo uma "capaciteca".  
414 O programa fornece orientação para a submissão de projetos e, desde 2023,  
415 registrou quase 76.000 inscrições, incluindo quase 23.000 servidores públicos  
416 certificados. A apresentação destacou a importância do portal para a formação  
417 e desenvolvimento de servidores públicos.

418 Apresentação das informações em tópicos:

- 419        • A apresentação se concentrou em "Capacidades", uma ferramenta  
420        crucial para a mobilização de conferências, especialmente nos níveis municipal  
421        e estadual.
- 422        • O Capacidades é um componente fundamental do Ministério das  
423        Cidades, ao lado da política urbana e do Conselho Nacional das Cidades.
- 424        • O programa Capacidades foi restabelecido em 2023.
- 425        • Um novo portal Capacidades oferece acesso aprimorado às informações  
426        e uma interface de usuário renovada.
- 427        • O portal inclui um novo ambiente de login para usuários.
- 428        • Os usuários podem acessar certificados e se registrar em eventos  
429        diretamente pelo portal.
- 430        • Um banco de experiências permite que os usuários compartilhem e  
431        aprendam com iniciativas práticas de desenvolvimento urbano.
- 432        • A Capacidades oferece cursos de alta qualidade sobre desenvolvimento  
433        urbano integrado e sustentabilidade.
- 434        • Os cursos são principalmente autoinstrucionais, mas workshops e  
435        parcerias também são oferecidos.
- 436        • O programa oferece cursos sobre urgência climática em parceria com  
437        diversas organizações.
- 438        • Um código QR fornece acesso ao portal Capacidades.
- 439        • O portal inclui um espaço para feedback dos usuários e um banco de  
440        experiências.
- 441        • O Capacidades tem como objetivo capacitar a sociedade e é um serviço  
442        do Ministério das Cidades.
- 443        • O programa apoia o desenvolvimento social, econômico, urbano e  
444        ambiental.
- 445        • O Capacidades fortalece a democracia por meio da política urbana e do  
446        Conselho Nacional das Cidades.
- 447        • O programa foi criado em 2007.
- 448        • O portal teve uma das primeiras experiências de EAD no Brasil, a partir  
449        de 2012.
- 450        • O portal é atualizado regularmente com notícias e eventos.

451        • O portal oferece uma "capaciteca" com publicações, vídeos, podcasts e  
452        um banco de experiências.

453        • As parcerias são fomentadas por meio do portal.

454        • O programa fornece orientação para a submissão de projetos ao  
455        programa "Cidades".

456        • Desde 2023, houve quase 76.000 registros.

457        • Quase 23.000 servidores públicos certificados foram registrados.

458        • O programa visa aumentar o número de municípios e servidores  
459        públicos atendidos.

460        • A apresentação destaca a importância do portal Capacidades para a  
461        formação e desenvolvimento de servidores públicos.

462

463        Resumo da apresentação do Servidor do Ministério das Cidades, César  
464        Santis :

465        A reunião começou com os comentários de abertura de Cesar e uma breve  
466        visão geral da agenda. A reunião começou às 11h30 do dia 28 de maio. O comitê  
467        discutiu e aprovou a agenda, que incluiu uma apresentação sobre o PNDU e  
468        discussões sobre os tópicos da conferência. O comitê também discutiu a  
469        seleção de tópicos para a conferência nacional, que foram limitados devido ao  
470        número de salas disponíveis. Optou-se por solicitar que os grupos de discussão  
471        considerassem o alinhamento dos temas. Também foi feita uma apresentação  
472        sobre um Ted assinado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e  
473        Metropolitano com a Fiocruz, com foco em intervenções urbanas em 12  
474        municípios com áreas de risco. O coordenador, Marcel, informou que apenas  
475        0,3% do orçamento do Ministério das Cidades é destinado ao planejamento  
476        urbano.

477        A reunião começou às 11h30 do dia 28 de maio.

478        A reunião incluiu uma discussão sobre a PNDU (Política Nacional de  
479        Desenvolvimento Urbano).

480        A agenda incluiu uma apresentação do resumo da PNDU, discussão dos  
481        tópicos da conferência e uma apresentação de Ted da Fiocruz.

482        A reunião abordou a seleção de temas para a conferência nacional.

483        O número de salas de discussão limitou o número de tópicos.

484        Decidiu-se solicitar que os grupos de discussão considerassem os temas de  
485        forma abrangente.

486        A reunião aprovou o formato de apresentação para a conferência nacional  
487        de cidades.

488        Um Ted foi apresentado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento  
489        Urbano Metropolitano e pela Fiocruz.

490        O Ted envolve um projeto em 12 municípios com áreas de risco.

491        A seleção dos municípios está em andamento.

492        Mais de 50 municípios foram considerados.

493        O Ted foi apresentado por Marcel, o Coordenador Geral de Fortalecimento  
494        das Capacidades Governamentais.

495        Apenas 0,3% do orçamento do Ministério das Cidades é destinado ao  
496        planejamento urbano.

497        Foi enfatizada a importância do planejamento urbano para intervenções  
498        sustentáveis.

499        A reunião discutiu a síntese sistematizada da PNDU, abordou os resultados  
500        do GT PNDU, além do plano, clima e outras considerações.

501        Discutiu os tópicos da conferência, abordou a apresentação do rascunho da  
502        resolução.

503        A reunião teve quórum, contou com a participação do CT de mobilidade  
504        discutiu os tópicos da conferência, discutiu a apresentação do projeto de  
505        resolução.

506        Foi discutida a síntese sistematizada da PNDU.

507        A reunião discutiu os resultados do GT PNDU mais o plano clima e outras  
508        considerações.

509        A reunião abordou diversos temas. Primeiramente, foi discutida a formação  
510        de um grupo de trabalho (GT) no âmbito do Ted da Fiocruz, com a indicação de  
511        quatro titulares e quatro suplentes. A composição foi finalizada e comunicada.

512        Em seguida, foi apresentada a minuta de resolução que encaminhará o  
513        texto base da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) para as  
514        conferências estaduais. Essa resolução, aprovada no âmbito do comitê, visa  
515        apresentar temas chave para discussão e contribuições nas conferências  
516        estaduais e do Distrito Federal. As contribuições deverão ser consolidadas por  
517        unidade da federação e encaminhadas até 15 de setembro de 2025.

518        Além disso, foi aprovado o relatório final dos trabalhos do GT PNDU mais  
519        Plano Clima, que também implicará na conclusão do GT. O relatório, com 87  
520        páginas, detalha as atividades do GT desde dezembro até a última reunião.

521 Foi mencionado que o Grupo de Trabalho (GT) encerrou suas atividades  
522 após a conclusão de sua missão, com o relatório sendo aprovado.

523 As principais discussões giraram em torno das alterações propostas para os  
524 itens 13a e 13b, que tratam da representação dos segmentos no conselho. Foi  
525 debatido se o poder público municipal e estadual poderia ser representado por  
526 entidades de caráter nacional, com foco na legislação federal e nas associações  
527 de representação.

528 Foi esclarecido que, no caso dos municípios, a representação é feita por  
529 entidades de caráter nacional, enquanto no caso dos estados, seria importante  
530 que os próprios estados disciplinassem essa representação. Foram levantadas  
531 dúvidas sobre quais entidades estaduais poderiam ser consideradas para essa  
532 representação, com exemplos como a ABEMA (associação de secretários de  
533 meio ambiente). A reunião também abordou a questão da representação dos  
534 movimentos sociais e a importância de que as entidades sejam filiadas a  
535 movimentos nacionais.

536 Logo após iniciou-se a fala de Nathan

537 Iniciou com esclarecimentos e deliberações acerca da composição e  
538 representação dos entes federativos no Conselho, com foco especial na  
539 adequação à Lei nº 14.300, de 18 de maio de 2022, que trata da representação  
540 dos  
541 municípios.

542 confirmou a pertinência da reivindicação feita pela representante Karla,  
543 informando que a legislação mencionada de fato trata da representação dos  
544 municípios e busca enfrentar a dificuldade de representação dos 5.571  
545 municípios em espaços colegiados, como o Conselho em pauta.  
546

547 Foi esclarecido que a referida legislação é específica para os municípios, e que  
548 a representação dos estados deve seguir lógica própria, dado que existem  
549 apenas 26 estados e o Distrito Federal, o que facilita o revezamento. Foi  
550 ressaltado que a menção ao “poder público” deve ser precisa, especificando-se  
551 “executivo e legislativo”, para evitar confusões com o uso genérico do termo  
552 “poder  
553 público  
554 federal”.

555 Destacou-se que a proposta atual sugere manter o rodízio entre os estados  
556 como forma de representação, uma vez que não há, até o momento, uma  
557 entidade nacional que represente os secretários estaduais de desenvolvimento  
558 urbano ou habitação. Foram mencionadas entidades existentes, como a  
559 UNALE (representando os legislativos estaduais) e associações setoriais como a  
560 de secretários de meio ambiente, mas nenhuma voltada especificamente ao  
561 desenvolvimento  
562 urbano  
estadual.

562 A representante **Emilia Corrêa Lima** (Paraíba) reforçou que os estados já

563 decidiram, por consenso, que continuarão se representando por meio de  
564 rodízio, sem necessidade de criar nova entidade. Defendeu-se que o Conselho  
565 não deve impor aos estados a formação de associações específicas para esse  
566 fim.

567

568 O participante **João Pereira** mencionou a atual composição, que inclui tanto  
569 representantes dos estados por rodízio quanto entidades nacionais, e sugeriu  
570 manter o modelo atual, já que está funcionando.

571

572 Durante a reunião, houve divergência sobre a prioridade de discutir esse ponto  
573 específico. Parte dos participantes defendeu que se tratava de um item  
574 secundário e que o texto proposto apenas reproduzia a situação vigente, com  
575 atualização pontual relativa aos municípios. Por outro lado, outros membros  
576 consideraram essencial aproveitar o momento para esclarecer dúvidas, uma  
577 vez que o texto será replicado nos estados e municípios nas respectivas  
578 conferências.

579

580 Foi feito apelo para que se avance na discussão do texto como um todo, sem  
581 alongar excessivamente o debate sobre um item que não propõe alterações  
582 substanciais. No entanto, reafirmou-se a importância do esclarecimento neste  
583 momento como forma de garantir uniformidade de entendimento nas  
584 instâncias estaduais e municipais.

585

586 A fala de Nathan foi encerrada após deliberações e manifestações sobre os  
587 encaminhamentos relacionados à composição do segmento do poder público  
588 no  
589 Conselho.

590

**A Sra. Bruna Barroca (FNP)** iniciou sua fala reiterando a semelhança entre os  
591 textos relativos ao poder público municipal e estadual, destacando apenas a  
592 diferença relacionada às entidades civis de caráter nacional. Manifestou apoio  
593 à deliberação dos itens em pauta para permitir o avanço na discussão.

594

595 O servidor do Ministério conduziu a votação dos itens 13 e 13-B, referentes à  
596 proposta do segmento do poder público. Os textos propostos foram aprovados  
597 por unanimidade, sem manifestações contrárias ou abstenções.

598

599 Na sequência, foi discutido o item 24, que trata da competência dos estados e  
600 do Distrito Federal em constituir e dar suporte técnico, financeiro e  
601 administrativo aos seus respectivos conselhos similares ao ConCidades. Uma  
602 observação foi levantada sobre a viabilidade de impor obrigação de suporte  
603 financeiro via texto federal, sendo esclarecido que, no contexto do sistema, a lei  
604 federal pode sim estabelecer tais diretrizes.

605

606 Em relação ao item 25, que versa sobre os municípios, surgiu controvérsia em  
607 torno da inclusão da expressão “suporte financeiro”. O texto original foi alterado

608 com a retirada desse trecho, gerando divergência entre os representantes. A  
609 **Sra. Karla Cristina** e demais membros do segmento municipal argumentaram  
610 que o suporte financeiro, técnico e administrativo está previsto na legislação  
611 vigente, mas que há receios jurídicos decorrentes da Emenda Constitucional nº  
612 128, que veda a criação de novos encargos sem previsão orçamentária.  
613

614 **O Sr. Orlando Alves** defendeu que o texto não configura imposição legal, e sim  
615 uma diretriz conceitual dentro da lógica de adesão voluntária ao sistema  
616 nacional, sendo o suporte financeiro uma expectativa razoável para o  
617 funcionamento dos conselhos municipais.  
618

619 **A Sra. Bruna Barroca** reiterou a posição da FNP, alinhada à Confederação  
620 Nacional dos Municípios, destacando que os conselhos municipais são  
621 prerrogativa do poder executivo local e que há receio na inclusão do termo  
622 “financeiro” na redação atual, especialmente no contexto de futuras propostas  
623 legislativas.  
624

625 Foi solicitado que as manifestações da FNP e da CNM, especialmente no  
626 tocante ao financiamento municipal, constem expressamente em ata.  
627

628 1:09

629 A conselheira Bruna Barroca, representante da FNP, reforçou a fala de Karla,  
630 destacando a necessidade de contemplar a realidade dos Conselhos  
631 Municipais e suas prerrogativas legais. Apontou a preocupação com os efeitos  
632 da Emenda Constitucional 128 e sugeriu ajustes na minuta da proposta de lei,  
633 considerando as obrigações municipais já existentes.

## 634 **2. Questões sobre o termo "similares":**

635 Nathan alertou sobre os riscos de ambiguidade ao utilizar o termo  
636 “similares”, pois poderia haver dificuldades na validação das conferências e  
637 compatibilização da composição dos conselhos com as diretrizes nacionais.  
638 Propôs um maior alinhamento entre estados e municípios.  
639

640 Esclareceu que o termo “similar” se refere apenas à nomenclatura dos  
641 conselhos, sem alteração em suas funções e composições. Sugeriu a reescrita  
642 do texto para melhor clareza.  
643

644 Outros participantes reforçaram a importância de maior precisão no uso do  
645 termo, como forma de evitar distorções em municípios com conselhos que,  
646 embora parecidos, não atendem às diretrizes do Conselho Nacional.

## 647 **3. Financiamento dos Conselhos:**

648 Diversas falas destacaram que a estrutura dos conselhos exige suporte  
649 financeiro, administrativo e técnico. Foi defendida a manutenção do item que

650 trata do financiamento na proposta de lei, com apontamentos para a possível  
651 utilização de fundos municipais e estaduais como fontes de custeio.

## 652 **4. Fortalecimento dos Conselhos e da Política Urbana:**

653 Foi consenso entre os participantes que a lei nacional deve estabelecer uma  
654 política urbana baseada em um sistema estruturado e padronizado. Vários  
655 conselheiros reforçaram que a ausência de uma política nacional consolidada  
656 tem causado desigualdades e desorganização.

657

658 A conselheira Bartiria Perpétuo enfatizou que a lei precisa ser clara e objetiva,  
659 evitando brechas como a do termo “similar”, que pode ser interpretado de  
660 forma equivocada. Ressaltou que os conselhos precisam ter identidade própria,  
661 estrutura e recursos assegurados para exercerem suas funções.

## 662 **5. Encaminhamentos**

663 Rodrigo Faria propôs que, diante do amadurecimento da discussão, a  
664 proposta fosse encaminhada para votação. Houve consenso de que:

665

- 666 - O termo “similares” deve ser revisto, reescrito ou retirado da minuta.
- 667 - A previsão de financiamento e estrutura para os conselhos deve constar na  
668 proposta.
- 669 - A minuta da lei deve estabelecer critérios claros para a composição e  
670 funcionamento dos conselhos municipais.
- 671 - A proposta deverá refletir a realidade federativa, respeitando a autonomia dos  
672 municípios, mas também promovendo diretrizes nacionais unificadas.

## 673 **6. Discussões Complementares – Termo "Similares" e Financiamento**

674 **Walter Monteiro** reforçou a necessidade de disciplinar juridicamente o  
675 funcionamento dos Conselhos das Cidades. Mencionou como referência o  
676 Conselho da Saúde, que possui estrutura definida por quatro leis ordinárias e  
677 uma complementar. Destacou a existência de fontes de recursos já disponíveis,  
678 como os fundos municipais e estaduais, e criticou a ausência de normatização  
679 efetiva no Ministério das Cidades. Defendeu a retirada do termo “similares” e  
680 sugeriu que os colegiados municipais sejam estruturados com atribuições e  
681 composição equivalentes ao Conselho das Cidades, conforme estabelecido em  
682 lei.

## 683 **7. Alterações no Artigo 25-C e 25-D**

684 Foi aprovada, por maioria, a substituição do texto do artigo 25-C para:

685 “Constituir e dar suporte financeiro, técnico e administrativo para o pleno  
686 funcionamento de seus órgãos colegiados municipais, com composição e  
687 atribuições que se equiparem às do ConCidades.”

688 Houve apenas uma manifestação contrária registrada, feita pela conselheira  
689 **Bruna Barroca.**

690 Quanto ao artigo 25-D, deliberou-se, após amplo debate, pela manutenção  
691 do verbo “garantir” como obrigação do poder público municipal. O  
692 entendimento coletivo foi de que o termo “incentivar” era insuficiente. Houve  
693 consenso de que o verbo “garantir” deve ser aplicado de forma uniforme nas  
694 três esferas de governo (federal, estadual e municipal), mantendo coerência e  
695 equilíbrio na redação legal.

## 696 **8. Debate sobre a Integração Compulsória ou Voluntária ao Sistema 697 Nacional**

698 O artigo 30, que trata da integração dos entes federativos ao Sistema  
699 Nacional de Desenvolvimento Urbano, gerou nova rodada de debates. Alguns  
700 conselheiros propuseram a retirada dos termos “compulsória” e “voluntária”,  
701 defendendo que a adesão ao sistema deve ser uma decisão autônoma dos  
702 entes federados. Contudo, uma vez feita a adesão, as obrigações previstas no  
703 sistema tornam-se compulsórias, como acontece em sistemas já existentes,  
704 como o Sistema Nacional de Habitação ou o Sistema Único de Saúde (SUS).

705 Também foi destacada a necessidade de ajustes na redação para esclarecer  
706 melhor esse ponto, com o objetivo de garantir segurança jurídica e respeito ao  
707 pacto federativo.

## 708 **9. Consolidação da Discussão sobre a Integração ao Sistema Nacional**

709 A discussão seguiu com o aprofundamento das divergências  
710 terminológicas no artigo que trata da integração dos entes federados ao  
711 Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. O ponto central girou em torno  
712 da contradição entre os termos “compulsória” e “voluntária”.

713 **Cristiane e Carla** reforçaram que, constitucionalmente, não se pode obrigar  
714 um ente federado a aderir a um sistema nacional, mas que, uma vez feita a  
715 adesão, passam a valer obrigações compulsórias. Emília Corrêa e Orlando Alves  
716 acrescentaram que a redação atual do artigo é confusa e pode gerar dupla  
717 interpretação. Foi sugerido o uso do termo “universal” no lugar de  
718 “compulsório”, para refletir que o sistema deve estar aberto a todos os entes  
719 federados, e que a adesão formal — que implica cumprimento de regras e  
720 acesso a recursos — seja realizada por meio de credenciamento voluntário.

721

722 **Darci Campani** destacou o exemplo da Lei Complementar 140/2011 na área  
723 ambiental, que condiciona a execução de competências à existência de órgãos  
724 e conselhos locais. Reforçou que esse modelo pode ser replicado no sistema  
725 urbano.

726 **Cristiano Schumacher** defendeu que a adesão deve ter vinculação com o  
727 acesso a recursos públicos, para que a proposta de sistema tenha efetividade.  
728 Alertou que, sem esse vínculo, corre-se o risco de a futura legislação ser inócuas.

729       **João Pereira e Bartiria** propuseram que a redação final seja dividida em  
730       dois artigos distintos:

731 1. Um artigo que define a universalidade do sistema, ou seja, que ele está  
732 disponível a todos os entes federados.

733 2. Um segundo artigo que estabeleça que a adesão ao sistema será  
734 voluntária, por meio de termo formal, e que, uma vez aderido, o ente assume  
735 as obrigações correspondentes e tem acesso aos benefícios.

736 A proposta de redação mais clara foi bem recebida pelos presentes, com o  
737 objetivo de respeitar o pacto federativo e evitar inseguranças jurídicas.

738 10. Propostas Finais e Consolidação do Texto da PNDU

739 Roberta Pereira da Silva sugeriu que a universalidade fosse tratada como  
740 um princípio fundamental da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano  
741 (PNDU), e não apenas como um critério operacional. Sua proposta foi bem  
742 recebida, mas ao constatar que o texto da PNDU ainda não possuía uma seção  
743 específica de princípios, a ideia foi retirada para evitar confusões estruturais.

745 A seguir, deliberou-se sobre a reestruturação dos artigos 29, 30 e 31,  
746 organizando os mesmos da seguinte forma:

746 Organizando os  
747 - Art. 29: A integração dos entes ao sistema ocorrerá de forma universal.  
748 - Art. 30: A adesão ao sistema será feita de forma voluntária, por meio de  
749 credenciamento.

- Art. 31: Os entes que aderirem ao sistema deverão adotar as diretrizes políticas e arranjos interfederativos promovidos pela PNDU, bem como atender a obrigações como a criação e funcionamento regular de conselhos

754 Essa nova redação foi aprovada por unanimidade, sem manifestações  
755 contrárias ou abstências.

756 11. Inclusões Adicionais na Estrutura do Sistema

757 Foi aprovada a inclusão de um novo item (36.1), referente à criação de um  
758 banco de dados e de uma política de comunicação no âmbito do Sistema  
759 Nacional de Informações sobre Desenvolvimento Urbano. O objetivo é que  
760 todos os participantes das conferências municipais, estaduais e nacionais  
761 sejam integrados a esse banco e recebam sistematicamente informações  
762 sobre a política e o sistema.

764 Também foi aprovada, por sugestão de Orlando, a modificação no item 26.2,

765 para permitir que os repasses do FNDU aos estados e municípios sejam  
766 realizados por meio de editais ou transferência direta fundo a fundo.

## 767 **12. Exclusão das Propostas de Alteração Legislativa**

768 Em deliberação final, foi discutida a exclusão do item que tratava de  
769 alterações e revogações de leis vigentes, por não ter sido objeto de debate  
770 aprofundado nas conferências e por conter propostas polêmicas, como a  
771 obrigatoriedade de plano diretor para todos os municípios. Decidiu-se, por  
772 consenso, que essas questões devem ser tratadas futuramente, em espaços  
773 adequados e com a devida participação dos segmentos afetados.  
774

775 O texto original será mantido sem propostas de alteração legislativa neste  
776 momento.

## 777 **13. Aprovação da Resolução Final**

778 Foi aprovada, em regime de votação:  
779 - A resolução que encaminha o texto resultante da reunião para a etapa  
780 seguinte do processo.  
781 - A aprovação do relatório final do Grupo de Trabalho da PNDU (GTPNDU).  
782 - A definição do prazo para envio das propostas pelas unidades da federação  
783 até 15 de setembro.  
784 - O entendimento de que entidades da sociedade civil também podem  
785 encaminhar propostas, desde que por meio dos pontos focais estaduais.  
786

787 A sessão foi encerrada com definições para o retorno dos trabalhos no período  
788 da tarde, marcado para as 13h30.

789 Em continuação às 16h41, realizou-se no Ministério das Cidades, em  
790 Brasília/DF, a 57ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades, com a presença  
791 dos conselheiros e representantes dos diversos segmentos que compõem o  
792 colegiado.

793 Foi retomada com definição da mesa que propôs iniciar os trabalhos com o  
794 Grupo de Trabalho de Saneamento, devido à presença dos representantes  
795 Darcy e demais conselheiros. Em seguida, foi apresentada preocupação quanto  
796 ao esvaziamento do plenário no último dia de reunião, especialmente no  
797 período da tarde, o que tem comprometido as deliberações do Conselho.

798

799 O conselheiro **Paulo Cohen** destacou que a liberação de passagens antes  
800 do encerramento da reunião tem gerado a saída antecipada de conselheiros,  
801 prejudicando o quórum deliberativo. Defendeu a necessidade de adoção de  
802 regras mais rígidas para garantir a permanência dos membros até o término  
803 dos trabalhos. Outros conselheiros corroboraram a crítica, sugerindo que as

804 passagens de retorno sejam emitidas somente após as 19h do último dia, salvo  
805 em casos excepcionais justificados.

806 Como encaminhamento, foi proposta a inclusão de controle de presença  
807 em dois turnos (manhã e tarde) para melhor registro e responsabilização dos  
808 conselheiros. Ficou decidido que as solicitações de passagens com horários  
809 anteriores ao término da reunião deverão ser formalmente justificadas.

810 Na sequência, foi concedida a palavra ao Secretário Executivo do Ministério  
811 das Cidades, **Hailton**, que informou sobre a reestruturação da Secretaria  
812 Executiva. Anunciou a criação de uma nova diretoria específica para os  
813 colegiados, incluindo o Conselho das Cidades. Informou que a coordenação  
814 geral ficará a cargo de **Carlos Eduardo** (Cadu), assessor do gabinete, e a  
815 diretoria será assumida por **Victor**. A reestruturação visa melhorar o  
816 atendimento ao Conselho e distribuir de forma mais eficiente as atribuições  
817 entre as diretorias.

818 O Secretário também esclareceu que a mudança de funções das servidoras  
819 Alice e Fernanda não se trata de desligamento, mas de reorganização  
820 administrativa para que possam se dedicar a outras atribuições prioritárias  
821 dentro do Ministério.

822 A mudança gerou manifestações de vários conselheiros e conselheiras, que  
823 registraram agradecimentos a Alice e Fernanda pelo trabalho desenvolvido,  
824 bem como preocupação com a mudança em meio à organização da  
825 Conferência Nacional das Cidades. Houve apelos para que a transição seja feita  
826 de forma gradual e sem prejuízos ao processo da conferência.

## 827 **Manifestações dos conselheiros:**

828

829 **Paulo Cohen**- Criticou o esvaziamento do plenário nas tardes do último dia  
830 das reuniões. Apontou como causa a emissão antecipada de passagens de  
831 retorno. Propôs que só se permitam passagens antes das 19h com justificativa  
832 formal, salvo em casos excepcionais.

833 **Carlito** - Endossou a proposta de Cohen. Reforçou que há opções de voos  
834 noturnos e que todos deveriam se comprometer com a permanência até o fim  
835 da reunião. **Marcelo Santa Cruz**- Destacou que muitos municípios e estados  
836 ainda não reativaram seus conselhos locais. Solicitou maior articulação do  
837 Ministério com os entes federados e presença de conselheiros nos eventos do  
838 Ministério.

839 **Cristiane Amaral**- Criticou a redução da presença feminina na gestão do  
840 Ministério. Lamentou o esvaziamento dos comitês e cobrou maior participação  
841 dos secretários das demais pastas nas reuniões.

842        **Bartíria**- Criticou a ausência de discussão prévia sobre a mudança de equipe  
843        técnica. Reforçou a importância de condições estruturais adequadas para os  
844        trabalhos do Conselho.

845        **João Pereira Oliveira**- Reiterou agradecimento à equipe anterior (Fernanda  
846        e Alice). Fez apelo para que permaneçam até a Conferência Nacional. Ressaltou  
847        a importância da atenção ao conflito fundiário.

848        **Donizeti (CUT – segmento trabalhadores)**- Agradeceu à equipe anterior e  
849        manifestou preocupação com a descontinuidade. Solicitou um sistema de  
850        identificação ou credenciamento para conselheiros nas conferências estaduais.

851        **Lídia Brunes**- Ressaltou a importância da estrutura física e financeira para o  
852        bom funcionamento do Conselho. Reforçou a crítica sobre a redução da  
853        participação feminina e estrutural nos espaços de decisão.

854        **Maria das Graças**- Defendeu maior presença de mulheres em cargos de  
855        liderança no Ministério. Criticou a alta rotatividade da equipe e alertou sobre o  
856        impacto negativo na conferência.

857        **Marcelo Braga (CMP)**- Considerou lamentável a mudança de equipe neste  
858        momento crítico da organização da conferência. Solicitou informações  
859        concretas sobre a data e o local da conferência.

860        Essas manifestações refletem o tom crítico e ao mesmo tempo propositivo  
861        dos conselheiros sobre os temas da estrutura do Ministério, representatividade,  
862        organização da Conferência das Cidades, e a continuidade da equipe técnica.

863        Foram também levantadas pautas como a necessidade de maior  
864        articulação com os municípios e estados para a realização das conferências  
865        locais, a valorização da presença dos conselheiros nos eventos do Ministério,  
866        maior participação das secretarias nas reuniões dos comitês e maior  
867        representatividade de mulheres nos espaços de poder.

868        Iniciaram as apresentações pelos Grupos de Trabalho (GTs), começando  
869        pelo GT de Saneamento. O conselheiro justificou a escolha pela presença dos  
870        membros Matheus e Darci, destacando a ausência de outros integrantes como  
871        Clóvis .

873        Contudo, a efetiva apresentação do GT de Saneamento foi comprometida pela  
874        ausência de representantes da Secretaria Nacional de Saneamento e de outros  
875        membros do grupo. A conselheira **Cristiane Amaral** manifestou seu repúdio ao  
876        esvaziamento das pastas do Ministério, afirmando: “Cadê os outros secretários  
877        deste Ministério?

879        Em seguida, diversos conselheiros se manifestaram sobre o recorrente  
880        esvaziamento do plenário no último dia das reuniões, sobretudo no período da  
881        tarde. O conselheiro **Paulo Cohen** alertou sobre os prejuízos causados pela

882 saída antecipada de conselheiros, sugerindo que passagens só sejam emitidas  
883 para horários posteriores às 19h, salvo em casos excepcionais e justificados por  
884 escrito. Carlito reforçou a proposta, indicando que “tem voo para São Luís às  
885 20h, às 23h... então não há justificativa”. **Donizeti, da CUT**, destacou o  
886 desrespeito com quem permanece até o final da reunião.  
887

888 Como encaminhamento, deliberou-se que:

889 (1) a emissão de passagens de retorno antes das 19h deverá ser  
890 formalmente justificada, e

891 (2) será adotado controle de presença em dois turnos — manhã e tarde —  
892 para assegurar a participação contínua dos conselheiros.